

AUTOGESTÃO, ECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Autogestão, ecologia e economia solidária são conceitos complementares e interdependentes. Economia solidária requer responsabilidade sobre a qualidade de vida envolvendo a relação social (principalmente através do trabalho e do consumo) e forma de relação com a natureza. Quando se refere à “solidariedade” é necessário perguntar: “solidariedade com quem?” Mesmo que se tenha a definição de que a solidariedade é para com os que vivem do seu próprio trabalho (seja pela produção ou comercialização), resta saber se as atividades não estão comprometendo, de alguma forma, a vida atual ou o futuro do nosso planeta.

Se a solidariedade é extensiva não cabe, obviamente, práticas solidárias para com os que a destroem. A economia solidária caracteriza por práticas que envolvem método ação responsável e coerente entre o princípio e a ação.

Hoje, ninguém, com um pouco de discernimento, pode acreditar que a destruição seja conseqüência natural das denominadas “tecnologias”, “razões econômicas”, “leis de mercado” ou “conseqüência do próprio desenvolvimento”. Aliás, que desenvolvimento é este que para existir precisa asfixiar outra forma de desenvolvimento e de vida? O que de fato está sendo privilegiado e desenvolvido? Não são os interesses do grande capital em detrimento da qualidade de trabalho e vida das pessoas?

Na primeira metade do século XX, as experiências das colônias alemãs e italianas mostraram como a política getulista durante o período da Segunda Guerra Mundial, em nome de combater o nazi-fascismo enterrava as práticas coletivas e mais harmônicas com a natureza em favor da monocultura.

Contudo, processo mais destrutivo foi durante o período da Ditadura Militar, quando seus ministros alardeavam, em nome do desenvolvimento (“transformar o Brasil em celeiro mundial”), dizendo que tínhamos florestas para explorar e “rios para poluir a vontade”.

Durante aquele período, a política do cooperativismo oficial, que tinha papel político de substituir a reforma agrária, falava em “ceifar” e “fomentar”. Ceifar não significava colher, mas cortar as experiências coletivas dos trabalhadores em nome da agricultura extensiva. Isto é, eliminar as iniciativas mais autônomas e mais genuínas de empreendimentos coletivos. Com isso, ceifavam e cortaram muitas das ricas experiências dos trabalhadores em nome do agronegócio.

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Uma política agrícola, como perspectiva de geração de trabalho e renda e desenvolvimento econômico local, principalmente para os jovens filhos de agricultores, através da organização e utilização coletiva da terra pelos trabalhadores do campo para o fortalecimento de uma agricultura viável, tem o potencial de desenvolvimento dos trabalhadores rurais através do cultivo da agricultura orgânica e agroecologia.

De maneira geral, podemos dizer que a agricultura no Brasil tem privilegiando a monocultura e a utilização de agrotóxicos (“defensivo agrícola”), favorecendo o agronegócio em detrimento ao pequeno produtor. O modelo agrícola, de forma geral, exclui o homem do campo e degrada o meio ambiente, além de incentivar a produção e consumo de adubos (“corretivos do solo”) de questionável salubridade, tanto no processo de uso quanto no consumo.

PERSPECTIVAS PARA AGRICULTURA

A agricultura ecológica requer trabalho de desconstrução de conceitos e valores dominantes. Por trás de um produto “limpo”, sem agrotóxicos, há que se ter também um produto socialmente justo que reverta a perversa relação existente entre miséria e agricultura.

O uso de tecnologia que degrada a natureza e as condições de trabalho deve dar lugar para a que tecnologias que respeitem o homem e a natureza, aumentem a dignidade humana e promovam as relações comerciais e interpessoais de forma socialmente justa.

Uma das alternativas são as redes de comércio justo e solidário, que envolve consumidores conscientes que buscam consumir não apenas alimentos saudáveis como também socialmente justos. Dentre os princípios básicos da agroecologia destaca-se a prática de manejo que busca preservar a energia do sistema em vez de desperdiçá-la.

Por fim, deve-se considerar que a organização, através do processo coletivo de gestão, propicia distribuição das funções e partilha dos resultados de forma mais racional na utilização dos recursos.

